Deposição de Vargas

Add languages

Artigo Discussão Ler Editar Ver histórico

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

A **Deposição de Vargas** foi um golpe de Estado imposto por integrantes da alta cúpula das Forças Armadas do Brasil ao então presidente Getulio Vargas, em 29 de outubro de 1945.[1][2] Em um típico episódio de golpe branco, Vargas, que governava o país desde 1930, foi forçado pelos militares a renunciar, o que resultou imediatamente no fim da ditadura do Estado Novo.[3][4][5]

Histórico

Ver artigos principais: Eleições gerais no Brasil em 1945 e Queremismo

Getúlio Vargas em visita a Porto Velho, em 1940.

A queda de Getulio Vargas ocorreu em um contexto político global influenciado pela derrota do nazi-fascismo na Segunda Guerra Mundial e pela demanda por abertura política no Brasil.

Governando o país como ditador desde 1937, Vargas viu no Manifesto dos Mineiros o primeiro documento em defesa da redemocratização e do fim do Estado Novo brasileiro.[6]

Com a efetiva consumação da derrota do Eixo em 1945, o descontentamento com o autoritarismo do regime varguista vinha à tona e os protestos se avolumaram. Consciente dos novos ares políticos, Vargas tomou a dianteira no processo de redemocratização ao editar um Ato Adicional, prevendo a convocação de eleições gerais com sufrágio universal, incluindo pleito para a presidência da república. Além disso, foi concedido o direito de organização em partidos políticos, algo que havia sido extinto com a outorga da Constituição de 1937.

Manifestação a favor de Getúlio Vargas ao final do Estado Novo, agosto de 1945.Arquivo Nacional.

Dessa maneira, a vida partidária no Brasil rearticulava-se com as criações da União Democrática Nacional (que reunia basicamente a oposição liberal a Getúlio Vargas e lançariam o brigadeiro Eduardo Gomes como seu candidato presidencial) do Partido Social Democrático (que contava com o apoio de amplos setores das oligarquias tradicionais brasileiras e que lançaria como candidato o general Eurico Gaspar Dutra, ministro de Guerra da ditadura Vargas de novembro de 1937 a agosto de 1945, e tido como o candidato da situação), e ainda do Partido Trabalhista Brasileiro. Esta agremiação, presidida por Vargas, passou a articular a permanência do próprio no cargo de presidente da República, o que deu origem a campanha nacional chamada "Queremismo", cujos correligionários tinham como o mote *"Nós queremos Getúlio"*.[7]

Contando com apoio até mesmo do Partido Comunista Brasileiro de Luis Carlos Prestes (que havia voltado à legalidade também em 1945), o Queremismo foi tomando corpo, ganhando as ruas das principais cidades do país, incluindo a uma massiva manifestação no Rio de Janeiro, em 3 de outubro, 15º aniversário da Revolução de 1930, que contou com a presença de 150 mil pessoas.[3]

Evidentemente, tal movimento preocupava setores da elite brasileira e das Forças Armadas. Para a oposição, estava implicitamente claro que Vargas não largaria o poder se tivesse chance. Em meio à turbulência política causada pelo Queremismo, Vargas antecipou as eleições estaduais para a mesma data do pleito nacional, 2 de dezembro - algo interpretado pela oposição como uma manobra varguista para angariar ainda mais apoio a causa de permanecer no poder -, e afastou João Alberto Lins de Barros da chefia de polícia do então Distrito Federal, colocando nesse posto o seu irmão Benjamin Vargas, afamado como sujeito truculento.[3]

Setores das Forças Armadas começaram a conspirar para a derrubada de Getulio Vargas. No final de outubro, o general Góis Monteiro, que tinha assumido o posição de ministério de Guerra no lugar do general Gaspar Dutra, iniciou mobilizações de tropas no Distrito Federal, que culminariam com a deposição do presidente em 29 de outubro de 1945.[1] No entanto, para evitar derramamento de sangue, Gaspar Dutra propôs a Vargas que assinasse de maneira oficial um documento de renúncia. Assim, o presidente deposto conseguiu deixar o cargo sem punição e retornou a sua cidade natal, São Borja.

Apesar de terem deposto Getulio Vargas, os militares articularam a entrega do poder vacante ao presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro José Linhares. Este manteve as eleições marcadas para 2 de dezembro de 1945.

Com o pleito garantido, partidários do PTB e do PSD (do qual Vargas era presidente honorário) instaram o presidente deposto a apoiar a candidatura de Eurico Gaspar Dutra para derrotar o favorito e candidato da oposição, o brigadeiro Eduardo Gomes. Poucos dias antes da eleição, Vargas manifestou seu apoio a Dutra, que acabou vencendo aquelas eleições.

Nomenclatura

A expressão *golpe de 1945* é pouco usado na historiografia para se referir à renúncia forçada de Vargas, diferentemente do que ocorre com outros episódios da história brasileira, em que o termo *golpe* acompanhado do ano é o mais comum para se referir ao evento golpista.